



JUSTIÇA – Advogada move ação contra Marluce Caldas, indicada ao STJ, e pede suspensão de sabatina no Senado



CRIME DE MANDO

Cinco anos sem respostas: mãe de Kleber Malaquias desabafa sobre impunidade e dor



ECONOMIA

Após cinco meses, preço do diesel comum volta a subir no início de julho



BASTIDORES

Fernando Farias e Fábio Farias foram os arquitetos da aliança entre JHC e os Renans



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



EM DEFESA DOS EVANGÉLICOS

Um dos nomes mais influentes de Alagoas na defesa dos interesses da comunidade evangélica é o do pastor e reverendo Jorge Sultarelli, presidente da Ordem dos Pastores do Estado de Alagoas (OPEAL). Sultarelli é um dos idealizadores da Marcha para Jesus, evento que ele realiza há muitos anos, reunindo milhares de cristãos em diversos municípios alagoanos. Grande articulador político, atualmente integra a equipe política do prefeito JHC, desempenhando papel fundamental — ainda que nos bastidores — na interlocução do governo municipal com a comunidade protestante.

MULHER ALAGOANA

A procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra foi nomeada para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reconhecida por sua atuação firme nas áreas criminal e de direitos humanos, Marluce será a décima mulher a compor o tribunal, ocupando a vaga deixada pela aposentadoria da ministra Laurita Vaz.

LUTA PELO MEIO AMBIENTE

O presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, reuniu-se com o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Alagoas, Rivaldo Couto dos Santos Júnior, para discutir o avanço do desmatamento irregular na região da Caatinga. O encontro teve como objetivo fortalecer a cooperação entre o órgão ambiental e os municípios, com a AMA atuando como articuladora de ações de

AÇÃO SOLIDÁRIA

A campanha "Aquecendo Vidas", promovida pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), arrecadou 6.621 itens — entre roupas e cobertores — que estão sendo doados a entidades sociais e a pessoas em situação de vulnerabilidade em Maceió.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



O pioneiro lusitano

O nonagenário médico-escritor Dr. Judá Fernandes de Lima, casado com a poetisa-escritora Almira Gouveia Alves Fernandes, imortalizou a Família dos Veiga de Paulo Jacinto, com seu majestoso livro: Um Genuíno Tangerino, prefaciado pelo ex-governador Divaldo Suruagy, trazendo à tona a saga do meu trisavô Lourenço Ferreira de Melo Sucupira da Veiga que, por sua vez, aportou no Valle do Parayba nos idos de 1838, vindo da Terra de Camões.

O estimado primo-escritor Judá Fernandes de Lima, preclaro filho de tia Gertrudes, laureado com vários prêmios, edificou uma bem-sucedida trajetória quer de médico, quer de literato de primeira grandeza. Sua dedicada cara-metade Almira, sempre ao seu lado estimulando o amor, à vida a dois.

Adquiriu muitas tarefas de terras, edificou a Igreja de São Lourenço, acoplada ao Casarão com a passarela de madeira

importada, onde sua família tinha acesso à Capela de sua estimação que, hoje, a sesquicentenária continua arrumada, mantendo as imagens originais.

Fundou, então, o núcleo de povoamento que se chamou durante 74 anos de Vila Lourenço. Com a chegada " Maria Fumaça" (Cia. Greatt Westen (1912), passou a ser denominada de Vila de Paulo Jacinto, impedida de ostentar o nome do trisavô em face de já existir a parada Lourenço de Albuquerque.

Na descendência direta, sucedeu o pioneiro lusitano meu bisavô Luís Veiga de Araújo, cognominado de major Lulu, que deu continuidade ao espólio. A Igreja fora modernizada, ampliou a criação de bovinos-equinos, adquiriu dois engenhos de cana-de-açúcar que, à época, aumentou o patrimônio socioeconômico do Clã dos Veiga de Paulo Jacinto.

Sequenciando a história de minha honrada família, meu avô materno José Luís da Veiga Lima,

capitão Cazuza, casou-se várias vezes, deixando 13 filhos a saber: João, Luís, Antonina (Nina), Mário, Maria Veiga Sandes (Mariquinha), Gertrudes Magna, Romeira, Maria José Veiga Rocha (Naninha), minha saudosa genitora, Rosinha, Teco, Júlio, Lourenço, Taciana e Sebastião Veiga.

"O mais antigo dos "Veiga" foi João Esteves da Veiga, rico-homem, Senhor de Salvaterra de Magos, Montargil, Vila Nova de Monçarros, Vacariça, e se chamou da Veiga por seu pai ter o senhorio de toda a Veiga de Santa Maria, sobrenome que perdurou nos descendentes, tendo desta forma originado a Família dos Veiga. Família de vários ramos com nobreza, com direito a Brasão de Armas, entre elas os Veiga de Vila Viçosa, os Veiga Napóles. O Brasão de Armas de João Esteves da Veiga foi concedido por Dom João I, Rei de Portugal em 1430". Viva o Pioneiro Lusitano!



Consórcio Intermunicipal do Sul de Alagoas Anuncia Abertura de Pedido para Contratação de Medicamentos e Equipamentos de Proteção Individual

O Consórcio Intermunicipal do Sul do Estado de Alagoas (CONISUL) anunciou a abertura do Pedido 02/2025, que visa a contratação de uma variedade de produtos essenciais, como medicamentos, materiais correlatos, itens odontológicos, equipamentos e materiais de limpeza hospitalar, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Essa iniciativa é crucial para garantir que os municípios da região possuam os recursos adequados para atender às demandas de saúde pública.

A Coordenação de Compras Compartilhadas fez um chamado para que

os municípios consorciados fiquem atentos aos prazos estabelecidos. De 14 a 18 de julho de 2025, será o período destinado à inserção eletrônica das quantidades autorizadas para contratação, que deve ser feita através da plataforma MBS. Durante essa fase, as administrações municipais também precisam encaminhar ofícios de autorização, designar servidores para atuar como fiscais técnicos e assegurar a disponibilidade orçamentária.

O repasse financeiro para as contratações ocorrerá entre os dias 21 de julho e 5 de agosto de 2025. A realização de todo o processo será feita de

maneira online, visando otimizar a gestão e o controle das aquisições.

É fundamental que os gestores fiquem alertas aos prazos estipulados, uma vez que a falta de cumprimento pode comprometer o planejamento e execução das contratações compartilhadas. Para mais detalhes, os responsáveis podem acessar a plataforma MBS, onde estão disponíveis todos os documentos necessários. Essa ação representa um avanço significativo na cooperação entre os municípios, fortalecendo a capacidade de resposta das instituições de saúde na região.

JUSTIÇA

Advogada move ação contra Marluce Caldas, indicada ao STJ, e pede suspensão de sabatina no Senado

A advogada Adriana Mangabeira Wanderley protocolou uma queixa-crime no Tribunal de Justiça de Alagoas contra a procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra, indicada para uma vaga de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No processo, Wanderley acusa Marluce de perseguição judicial, denúncia caluniosa e uso indevido de dados fiscais sigilosos. Como medida liminar, a advogada pede a suspensão da sabatina de Marluce no Senado Federal, prevista para ocorrer no início de agosto.

Segundo a petição, a advogada afirma ser alvo de pelo menos seis ações judiciais movidas por Marluce, todas baseadas em críticas que ela publicou em seu perfil de rede social sobre a indicação da procuradora ao STJ. Wanderley argumenta que seus comentários se limitam ao debate público e à crítica política, não configurando ofensas pessoais ou crimes contra a honra.

Entre as postagens citadas estão declarações em que a advogada afirma que a nomeação da procuradora seria fruto de um "acordão político" e que a indicada

"não teria condições de ser estagiária" dos demais candidatos. Para a autora da queixa, essas falas representam o exercício legítimo da liberdade de expressão, protegida pela Constituição.

A advogada ainda alega que a procuradora teria anexado aos processos documentos extraídos de suas declarações de Imposto de Renda, o que, segundo ela, violaria o sigilo fiscal previsto no Código Tributário Nacional. Com base nisso, Wanderley pede que tais provas sejam desentranhadas dos autos e que eventuais crimes

relacionados ao uso de dados protegidos sejam apurados.

A ação foi protocolada com pedido de prioridade na tramitação, por conta de doença grave da autora (doença renal policística). O caso será analisado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, que decidirá se acolhe o pedido liminar para suspender a sabatina de Marluce Caldas no Senado e se dá prosseguimento à queixa-crime. Até o momento, a defesa da procuradora não se manifestou publicamente sobre as acusações.

POLÍTICA

Marluce Caldas inicia "beija-mão" no Senado e marca sabatina para setembro após indicação de Lula ao STJ

A procuradora alagoana Marluce Caldas começou nesta quinta-feira, 17 de julho, sua jornada de reuniões no Senado, conhecida como "beija-mão", em busca de apoio para sua indicação ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), feita pelo presidente Lula. O primeiro compromisso da procuradora foi um encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A reunião ocorreu na residência oficial do senador, situada em Brasília, e contou também com a presença de João Henrique Caldas, prefeito de Maceió e

sobrinho de Marluce, que se mostra como um dos principais apoiadores de sua indicação.

Durante a conversa, Alcolumbre informou que a sabatina da procuradora, juntamente com outros indicados pelo presidente Lula para tribunais superiores e agências reguladoras, está prevista para acontecer entre os dias 11 e 15 de agosto. Esse processo é fundamental para que os indicados sejam oficialmente entrevistados e avaliados pelos senadores, antes de passarem pela votação.

Além disso, o presidente do Senado indicou que a relatoria da indicação de Marluce ficará a cargo do senador alagoano Fernando Farias, do MDB, que é suplente do atual ministro dos Transportes, Renan Filho. A relatoria é um momento importante, pois o senador designado é responsável por elaborar um parecer que será considerado no momento da votação.

Marluce Caldas, cuja trajetória profissional é marcada por uma destacada atuação na Procuradoria, representa não apenas uma nova esperança para a justiça em seu estado, mas também uma figura emblemática da política alagoana. Com suas credenciais e o apoio político que possui, ela aguarda agora pela decisão do Senado que poderá definir seu futuro no STJ.

O contexto político mais amplo também está em jogo, uma vez que a escolha de Caldas e de outros nomes indicados por Lula reflete a estratégia do governo em fortalecer sua influência nas cortes superiores do país, o que poderá impactar significativamente a alçada judicial e administrativa dos próximos anos. A proximidade da sabatina já gera expectativa em diversos setores, que acompanham de perto o desenrolar deste processo decisório nas esferas do poder legislativo.

BASTIDORES

Fernando Farias e Fábio Farias foram os arquitetos da aliança entre JHC e os Renans

A aliança entre o prefeito de Maceió, JHC (PL), e o grupo político liderado por Renan Calheiros e Renan Filho, ambos do MDB, não surgiu de um dia para o outro — tampouco foi construída de forma improvisada. Nos bastidores, a articulação que permitiu esse entendimento improvável teve dois protagonistas decisivos: o senador Fernando Farias (MDB) e o médico e empresário Fábio Farias.

Fernando Farias, bem relacionado com as famílias Caldas e Calheiros, foi um dos principais operadores da aproximação.

Desde outubro do ano passado, ele vinha atuando como articulador político para viabilizar a indicação de Marluce Caldas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o apoio direto do presidente Lula. Para muitos interlocutores do meio político, Fernando foi o verdadeiro fiador do acordo que selou o compromisso entre JHC, Renan Calheiros e o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Inicialmente, o entendimento entre as partes previa que JHC seria candidato ao Senado em 2026, abrindo caminho para Renan Filho disputar o governo de

Alagoas com o apoio do prefeito. O plano contava com o aval dos dois Renans, que viam no gesto uma forma de reorganizar o tabuleiro político alagoano sem confrontos diretos.

Mas a costura desse pacto exigiu muito mais do que gestos públicos. Outro personagem essencial na engrenagem foi Fábio Farias, ex-secretário do Gabinete Civil de Renan Filho, com ampla influência nos círculos jurídicos, empresariais e políticos de Alagoas. Discreto e com trânsito entre os dois lados, Fábio atuou desde os primeiros momentos nas

tratativas com Marluce Caldas, seu irmão João Caldas, o prefeito JHC e os Calheiros.

Foi ele quem ajudou a tornar viável a construção de uma “ponte sólida” entre adversários históricos, ajustando interesses e afinando estratégias. Fábio teve papel em momentos decisivos da negociação, convencendo os envolvidos de que a candidatura de JHC ao Senado poderia representar uma aliança vitoriosa em 2026. (Com blog do Edivaldo Júnior)

PESQUISA

Renan Calheiros lidera corrida ao Senado em Alagoas, mesmo sob clima de polarização e rejeição

Mesmo em meio a um cenário político cada vez mais fragmentado, o nome de Renan Calheiros (MDB) segue despontando como favorito entre os alagoanos na disputa pelo Senado em 2026. É o que aponta a nova pesquisa do Instituto Falpe, divulgada entre os dias 5 e 15 de julho, com 2.482 entrevistas realizadas em 40 municípios do estado. O levantamento, feito em

todas as regiões de Alagoas, ouviu eleitores da zona urbana e rural antes e depois das especulações sobre um suposto “acordão” político envolvendo lideranças locais.

Na sondagem principal, em que os entrevistados podiam citar até dois nomes, Renan aparece com 33% das intenções de voto, mantendo a dianteira num embate apertado com o deputado federal Arthur Lira (PP), que soma 28%. A pesquisa ainda mostra Alfredo Gaspar (23%) e Davi Filho (22%) em posições competitivas, enquanto Paulão (4,5%) e Eudócia Caldas (1,5%) registram percentuais mais discretos. Entre os entrevistados, 12,5% disseram que não

votariam em nenhum dos citados, e 16,5% preferiram não opinar.

Um segundo cenário testado pelo instituto incluiu o nome do prefeito de Maceió, JHC (PL), como possível candidato ao Senado. Mesmo nesse novo contexto, Renan Calheiros permanece à frente com 30%, seguido de Lira (25%) e JHC (24%), o que confirma sua resiliência eleitoral. Alfredo Gaspar (20%) e Davi Filho (19%) completam o quadro, enquanto Paulão mantém os 4%. Outros 12% rejeitaram todos os nomes apresentados, e 15% não souberam ou não quiseram responder. O levantamento tem índice de confiança de 95% e margem de erro de 3,5% para mais ou para menos.

CRIME DE MANDO

Cinco anos sem respostas: mãe de Kleber Malaquias desabafa sobre impunidade e dor

Cinco anos após o assassinato do empresário Kleber Malaquias, executado a tiros em um bar de Rio Largo no dia em que completava 41 anos, a principal pergunta segue sem resposta: quem mandou matar Kleber? Condenações foram feitas, mas o mandante do crime permanece desconhecido. Para a mãe do empresário, Evany Malaquias, o tempo não aliviou a dor – nem o sentimento de injustiça.

“Hoje faz cinco anos de muita tristeza e dor. Um dia que era pra ser

comemorado, mas se tornou o mais triste da minha vida”, escreveu Evany em suas redes sociais, neste 15 de julho. “Esses covardes mandantes tiraram a vida de um sonhador, tudo pelo maldito poder e dinheiro sujo de sangue de um inocente.”

O caso chocou a população de Alagoas. Conhecido por denunciar irregularidades políticas na região, Kleber havia relatado ameaças e dizia temer por sua vida. Mesmo assim, foi morto em plena luz do dia, em um crime planejado e brutal.

Quatro pessoas foram condenadas pela execução. Em fevereiro deste ano, após dois dias de julgamento, o Tribunal do Júri sentenciou os réus Fredson José dos Santos (30 anos), Marcelo José Souza da Silva (24 anos), José Mário de Lima Silva (12 anos) e Edinaldo Estevão de Lima (8 anos). Os dois últimos, ambos sargentos da Polícia Militar, também perderam o cargo. Parte das penas será cumprida em liberdade.

Apesar da condenação dos executores, o autor intelectual do crime

ainda não foi identificado. Durante o processo, o Ministério Público apontou tentativas de forjar provas e incriminar terceiros. O delegado Daniel Mayer chegou a ser preso por suposto envolvimento no encobrimento do caso.

Para Evany, a dor da perda só será amenizada quando a verdade vier à tona: “Justiça é o que mais desejo nesta vida. Que esses covardes mandantes paguem na Justiça dos homens e na de Deus.”

MACEIÓ

Motorista por aplicativo forja sequestro e furta R\$ 50 mil; vítimas de doações devem registrar BO na Polícia Civil

Em um episódio alarmante que chocou a comunidade de Maceió na última sexta-feira, 11 de agosto, um motorista por aplicativo foi acusado de forjar o próprio sequestro, na tentativa de fraudar o seguro de seu veículo. O homem, agindo sozinho, planejou um esquema que visava obter cerca de R\$ 50 mil. O incidente ocorreu no bairro Benedito Bentes e gerou ampla repercussão nas redes sociais, onde muitos internautas se solidarizaram com o motorista, realizando doações acreditando ter

presenciado um caso real de violência.

Com o desdobrar das investigações pela Polícia Civil, ficou evidente que o motorista havia se envolvido em várias contradições. A Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Dracco) divulgou detalhes acerca da farsa em uma coletiva de imprensa na última quinta-feira, 17 de agosto. As evidências apresentadas incluíam imagens de câmeras de segurança que mostravam o motorista abastecendo o veículo momentos antes do suposto sequestro. Além disso, ele acabou se ferindo durante a simulação do crime, o que inicialmente serviu para dar credibilidade ao seu relato enganosamente dramático.

As autoridades alertaram as pessoas que contribuíram financeiramente,

a aconselhando-as a procurarem a polícia para registrar um Boletim de Ocorrência (B.O), já que a situação é tratada como estelionato. As doações realizadas por suas supostas vítimas devem ser formalmente registradas, a fim de que as investigações avancem e medidas cabíveis sejam tomadas.

A polícia ainda investiga o caso, e a revelação sobre os altos níveis de endividamento enfrentados pelo suspeito, além de um mandado de busca e apreensão do veículo, levanta questionamentos sobre sua condição financeira e suas motivações para criar tal enredo. A sociedade aguarda mais informações sobre o desenrolar desse escândalo e sobre possíveis penalidades que o motorista poderá enfrentar por essa tentativa de engano.

ECONOMIA

Após cinco meses, preço do diesel comum volta a subir no início de julho

De acordo com a mais nova análise do Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL), levantamento que consolida o comportamento de preços das transações nos postos de combustível, trazendo uma média precisa, o diesel comum teve na primeira quinzena de julho preço médio de R\$ 6,16, uma leve alta de 0,16% em relação ao período equivalente de junho. O valor representa o primeiro aumento registrado para o combustível desde fevereiro, interrompendo uma sequência de quedas após reajustes para baixo feitos pela Petrobras ao longo do primeiro semestre de 2025. O diesel S-10, entretanto, foi comercializado a R\$ 6,18, valor 0,16% menor na comparação com a primeira quinzena de junho.

“Depois de cinco meses de queda, o preço do diesel comum voltou a subir, ainda que de forma sutil. Essa variação pode estar ligada a ajustes pontuais de mercado, como a reposição de estoques com valores antigos e diferenças regionais de distribuição.

Por outro lado, o diesel S-10 segue em queda, o que mostra que os impactos dos reajustes ainda são sentidos de maneiras diferentes, dependendo do tipo de combustível e da logística envolvida”, analisa Renato Mascarenhas, Diretor de Rede, Operações e Transformação da Edenred Mobilidade.

Na análise por regiões, nota-se que, em comparação com a primeira quinzena de junho, quase todas as regiões acompanharam a média nacional e registraram leves altas no preço do diesel comum. O destaque ficou com o Nordeste, que apresentou a maior alta para o combustível, de 1,31%, com preço médio de R\$ 6,19. O Norte seguiu com a média mais alta entre as regiões: R\$ 6,83 (+0,15%). O Sul teve a média mais baixa do período: R\$ 5,97 (+0,17%). Apenas o Sudeste registrou queda para o diesel comum, de 0,49% (R\$ 6,07).

A maior queda no período para o diesel S-10 foi no Sudeste, de 0,49% (R\$ 6,14). A maior alta foi registrada no Centro-

Oeste, de 0,48% (R\$ 6,27). O Sul também registrou a menor média para o tipo S-10 de R\$ 5,96 (-0,33%), enquanto a média mais alta foi a do Norte, de R\$ 6,62, que se manteve estável comparado à primeira quinzena de junho.

Na avaliação por estados, o destaque da primeira quinzena de julho segue sendo o Acre. Mesmo após queda de 1,04%, o tipo comum alcançou o valor de R\$ 7,64 no estado e seguiu como o mais caro do Brasil, assim como o S-10, que apresentou redução de 0,13%, caindo para R\$ 7,62. A maior redução para o diesel comum no País aconteceu no Piauí, onde o preço médio do combustível recuou 2,04%, chegando a R\$ 6,24. Já para o diesel S-10, a maior queda foi em Rondônia, de 1,04% (R\$ 6,64).

Os menores preços médios para ambos os tipos de diesel foram registrados nos postos do Paraná: R\$ 5,88 para o comum, mesmo após alta de 0,86% na comparação com a primeira quinzena de junho e R\$ 5,90 para o S-10 (+0,17%).

Vale destacar também que a maior alta para o diesel comum foi registrada na Bahia. No estado, o combustível subiu 2,65%, elevando o preço médio para R\$ 6,19. O S-10 teve sua maior alta, de 1,37%, em Pernambuco, onde o preço médio chegou a R\$ 5,94.

O IPTL é um índice de preços de combustíveis levantado com base nos abastecimentos realizados nos 21 mil postos credenciados da Edenred Ticket Log, com uma robusta estrutura de *data science* que consolida o comportamento de preços das transações nos postos, trazendo uma média precisa, que tem grande confiabilidade, por causa da quantidade de veículos administrados pela marca: mais de 1 milhão, com uma média de oito transações por segundo. A Edenred Ticket Log, marca da linha de negócios de Mobilidade da Edenred Brasil, conta com mais de 30 anos de experiência e se adapta às necessidades dos clientes, oferecendo soluções modernas e inovadoras, a fim de simplificar os processos diários.

CONCHAVO?

Após parecer de Lira, ricos do agronegócio escapam de alta no IR proposta por Lula

A proposta do governo Lula para isentar do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil por mês e aumentar a tributação sobre os mais ricos avançou com facilidade na comissão especial da Câmara dos Deputados, mas com uma mudança articulada pelo relator do projeto, deputado Arthur Lira (PP-AL), que acabou beneficiando diretamente os grandes produtores rurais.

O parecer de Lira — aprovado na quarta-feira (16/7) — alterou o texto original do governo ao excluir a parcela isenta da renda obtida com atividade rural da base de cálculo do novo imposto mínimo. A mudança, que passou praticamente despercebida nos debates públicos, preserva uma fatia significativa dos ganhos de produtores rurais de alta renda da tributação adicional. Estimativas apontam que essa exclusão poderá reduzir a arrecadação esperada entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões por ano.

Segundo dados da Receita Federal, em 2022, pessoas físicas com rendimentos acima de R\$ 600 mil declararam R\$ 61,8

bilhões em renda rural isenta. Pela proposta original do governo, esses valores seriam parcialmente alcançados pelo novo imposto, com alíquota progressiva entre 0% e 10%, dependendo do montante total de rendimentos.

A mudança foi criticada por especialistas em tributação e pelo Sindifisco (sindicato dos auditores da Receita Federal), que apontam distorções no sistema atual. Hoje, produtores que optam pela tributação como pessoa física no regime de lucro presumido pagam IR sobre apenas 20% de seu faturamento, sem necessidade de comprovar custos, o que já lhes garante ampla margem de isenção. “O lobby do agro conseguiu manter esse privilégio”, criticou o tributarista Leonardo Aguirra de Andrade, ouvido pela comissão.

Mesmo com as alterações, o parecer de Lira mantém a espinha dorsal da proposta de “justiça tributária” defendida pelo governo: a isenção do IR para rendas de até R\$ 5 mil mensais e a criação do imposto mínimo sobre rendas altas. O relator ainda

ampliou a faixa de renda com alívio parcial — de R\$ 7 mil para R\$ 7.350 — o que implicará em renúncia fiscal adicional de R\$ 1 bilhão, segundo o Sindifisco.

O Ministério da Fazenda estima que a proposta original resultaria em renúncia de R\$ 25,8 bilhões com os cortes no IR, compensada por uma arrecadação de R\$ 34,1 bilhões com a criação do imposto mínimo e taxação de dividendos enviados ao exterior. Apesar das concessões feitas no relatório, o ministro Fernando Haddad comemorou o resultado. “Vai ser muito bem recebido e cumpre os objetivos da reforma da renda”, disse.

Por outro lado, economistas alertam que, com o novo desenho, parte significativa das rendas altas continuará fora do alcance do fisco. Sérgio Gobetti, do IPEA, calculou que as alterações feitas por Lira reduzem a arrecadação esperada em cerca de R\$ 4 bilhões — R\$ 3 bilhões pela exclusão da renda rural e mais R\$ 1 bilhão por outras isenções incluídas na base de cálculo.

Segundo dados da Receita, os brasileiros que

ganham mais de R\$ 1 milhão por ano têm uma alíquota efetiva de IR de apenas 2,5%, menor do que a paga por professores ou assistentes sociais. O novo imposto mínimo busca corrigir parte dessa distorção, exigindo que esses contribuintes completem a diferença até uma alíquota mínima de 10%.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, questionada pela BBC News Brasil sobre o favorecimento ao setor, não respondeu até a publicação da reportagem. O deputado Arthur Lira também não se manifestou. Em seu parecer, ele alegou que buscava “neutralidade tributária” e destacou que críticas sobre proteger os super-ricos o levaram a desistir de reduzir a alíquota do novo imposto, preferindo ampliar os benefícios para a base da pirâmide.

Além disso, Lira definiu que eventuais excessos de arrecadação serão usados para compensar perdas de Estados e municípios ou para reduzir a alíquota do novo imposto sobre consumo, o CBS, que afeta mais fortemente os mais pobres.

POLÍTICA

Câmara aprova projeto que enfraquece regras de licenciamento ambiental; apenas quatro deputados de Alagoas votaram

A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada desta quinta-feira (16), por 267 votos a favor e 116 contra, o projeto de lei que flexibiliza as regras para o licenciamento ambiental no país. Apelidada por ambientalistas como "PL da Devastação", a proposta reduz exigências para obras e atividades com potencial de causar impactos ambientais e sociais, inclusive em áreas habitadas por comunidades tradicionais.

O projeto cria uma nova modalidade de licença especial, que pode ser concedida de forma acelerada para obras consideradas estratégicas pelo governo federal,

independentemente do grau de impacto ambiental. Além disso, o texto dispensa licenciamento ambiental para a ampliação de rodovias, atividades agropecuárias e sistemas de água e esgoto, até que o país alcance as metas de universalização do saneamento básico.

Entre os 513 deputados, apenas quatro dos nove representantes de Alagoas registraram voto. Dois votaram a favor: Delegado Fábio Costa (PP) e Isnaldo Bulhões Jr. (MDB). Os votos contrários vieram de Alfredo Gaspar (União Brasil) e Paulão (PT).

A matéria, que já havia sido aprovada no Senado, agora segue

para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), orientou a base governista a votar contra. A expectativa é que Lula veto trechos do texto, especialmente os que desrespeitam a legislação ambiental vigente.

Ao todo, foram aprovadas 29 das 32 emendas apresentadas ao projeto, incluindo uma de autoria do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que prevê prazo máximo de um ano para emissão de licenças, o que pode acelerar a exploração de petróleo na chamada margem equatorial.

O Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva, posicionou-se contra a proposta, alertando que o texto ignora a crise climática, enfraquece a legislação ambiental e compromete os direitos de povos originários e comunidades tradicionais.

A maior parte dos votos favoráveis veio da bancada do PL (73 votos). Também votaram majoritariamente a favor partidos que integram o governo federal, como União Brasil (40 votos), PSD (34), Republicanos (30) e MDB (27). No PT, 47 deputados votaram contra e apenas um — Arlindo Chinaglia (SP) — votou a favor.

MUNICÍPIOS

Prefeitura de Penedo intensifica vistorias em Santa Cecília após fenômeno de aquecimento do solo e fumaça em residências, sem detectar gases nocivos

A Prefeitura de Penedo intensificou suas ações emergenciais em resposta a um fenômeno anômalo que provocou o aquecimento abrupto do solo e a emissão de fumaça em residências do bairro Santa Cecília. Na última sexta-feira, 11 de julho, uma equipe técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) realizou uma vistoria detalhada na

área, coordenada pela Defesa Civil Municipal. O geólogo Jean Melo, em conjunto com Fábio Oliveira, representante da GÁS DE ALAGOAS S.A., e outros especialistas, compuseram a equipe responsável pela análise.

Durante a vistoria, foram utilizados modernos detectores de gases, como os equipamentos GMI GT44 e GasAlert MaxXT II, reconhecidos pela sua precisão. Os primeiros resultados indicam a ausência de gases nocivos na região, proporcionando, assim, alívio para os moradores preocupados com a saúde e segurança. Essa ação complementa um esforço iniciado no dia 4 de julho, quando duas residências foram interditadas após relatos de

moradores sobre o aumento da temperatura nas paredes e pisos, além da curiosa emissão de fumaça.

Até o momento, as oito pessoas diretamente afetadas têm recebido suporte social, com a oferta de aluguel social, mas preferiram não aceitar essa assistência. A Prefeitura destaca que as investigações técnicas continuam e aguarda os resultados de análises laboratoriais de amostras coletadas pelo geólogo municipal, buscando esclarecer as causas desse fenômeno inusual. Novas atualizações serão fornecidas à medida que as informações técnicas se tornem disponíveis, visando garantir a segurança e tranquilidade da população local.

DECADÊNCIA

Bolsonaro começa a usar tornozeleira eletrônica por ordem do STF

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) passou a ser monitorado por tornozeleira eletrônica após decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A medida, imposta como parte das investigações em curso na Corte, representa um ponto de inflexão na crise institucional e marca um episódio inédito na história política brasileira: pela primeira vez, um ex-chefe do Executivo é submetido a esse tipo de controle antes de qualquer condenação judicial.

Além da tornozeleira, Bolsonaro está sujeito a regras rígidas: recolhimento domiciliar noturno e aos

fins de semana, proibição de uso de redes sociais, veto a contatos com outros investigados e impedimento de frequentar embaixadas ou interagir com representantes diplomáticos. O ministro justificou as medidas com base em indícios de tentativa de obstrução de Justiça, coação no curso do processo e ataques à soberania nacional.

A ordem judicial foi acompanhada por uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal em endereços ligados a Bolsonaro, incluindo sua residência e a sede do Partido Liberal, em Brasília. As diligências fazem parte de

investigações mais amplas sobre a atuação do ex-presidente e seus aliados durante e após o mandato.

O equipamento de monitoramento tem autonomia de até 24 horas e exige recarga diária. Resistente à água e à poeira, a tornozeleira permite o uso contínuo, inclusive durante atividades físicas. Especialistas apontam que qualquer tentativa de violar ou desativar o dispositivo pode ser considerada quebra de medida cautelar e resultar em sanções mais duras.

A defesa de Bolsonaro criticou as medidas, chamando-as de "injustificadas". Em nota, os

advogados afirmaram que o ex-presidente sempre cumpriu as determinações judiciais e que só se pronunciarão oficialmente após acesso integral à decisão do ministro Moraes.

A instalação da tornozeleira impõe novos limites à atuação política de Bolsonaro e amplia o grau de vigilância sobre seus movimentos. O impacto da decisão já repercute dentro e fora do Brasil, alimentando o debate sobre os desdobramentos da crise entre os Poderes e o papel das instituições na preservação da democracia.

SENADO

Senado Analisa Projeto que Garante Inviolabilidade e Direitos Essenciais a Médicos em Exercício Profissional

No Senado, um novo projeto de lei busca assegurar a inviolabilidade de ambientes de trabalho e informações pessoais dos médicos. O Projeto de Lei 2.860/2025, proposto pelo senador Zequinha Marinho do partido Podemos do estado do Pará, tem como meta garantir direitos fundamentais aos profissionais da saúde, oferecendo maior proteção e segurança em suas atividades diárias. Atualmente, o texto aguarda a distribuição para análise nas comissões temáticas da Casa legislativa.

A proposta visa incluir um novo artigo à Lei 12.842, de 2013, que estabelece diretrizes para o exercício da medicina no Brasil. De acordo com Marinho, o intuito do projeto é proporcionar "garantias mínimas AO exercício profissional, especialmente diante de situações abusivas e arbitrárias". A matéria elenca três novos direitos para os médicos, sendo o primeiro deles a liberdade de exercer a profissão, reconhecendo a autonomia do profissional e a objeção de consciência. Esta última é definida pela resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que permite ao médico recusar a realização de atos que, embora legais, vão contra seus princípios éticos ou morais.

Além disso, o projeto garante a inviolabilidade do consultório, protegendo arquivos, dados, correspondências e comunicações – incluindo chamadas telefônicas – sob

sigilo, exceto em casos de busca ou apreensão autorizadas pela Justiça. Nesses casos, a presença de um representante do Conselho Regional de Medicina (CRM) é obrigatória, o que assegura que os direitos dos médicos sejam respeitados durante quaisquer ações legais.

Marinho enfatiza a importância do projeto, especialmente em contextos onde médicos podem enfrentar exposições indevidas ou constrangimentos públicos. Ele defende a necessidade de instrumentos jurídicos que amparem os profissionais da saúde, principalmente nas áreas mais delicadas, como cirurgia e medicina avançada. Por fim, a proposta busca criar um ambiente mais seguro e respeitoso para a prática médica, combatendo abusos e garantindo a dignidade dos profissionais.

LEGISLAÇÃO

Licença-paternidade: prevista para ser aprovada este ano, regulamentação segue pendente no Congresso



Com a chegada de um bebê à família, os trâmites burocráticos para licenças especiais também se iniciam — tanto no âmbito feminino quanto no masculino. Isso porque os novos pais já não se veem apenas como provedores, mas como parte essencial do desenvolvimento da criança nos primeiros dias de vida, o que pode significar a necessidade de uma maior extensão do período de afastamento de suas atividades.

Muito comum de ser discutida quando se refere às mães, a licença-paternidade também é um direito previsto na legislação trabalhista, que pode ser solicitado pelo pai da criança ao empregador. Embora essa licença esteja assegurada desde a Constituição de 1988, sua regulamentação nunca chegou a ocorrer de fato, o que limitou o tempo de afastamento.

O prazo de 18 meses dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso Nacional regulamentasse a licença-paternidade venceu no último dia 8 de julho, sem que o tema avançasse no Legislativo. A decisão

também estabelece que, caso o Congresso continue omissivo, caberá ao Supremo fixar o período da licença-paternidade.

Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atualmente a licença-paternidade assegura ao pai um afastamento remunerado de cinco dias após o nascimento ou adoção da criança. Dessa forma, todos os trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos são elegíveis.

Essa, no entanto, é uma regra transitória, com previsão de que o Congresso edite uma lei específica para regulamentar o direito. Mas, passados 37 anos, essa legislação ainda não foi criada.

O advogado trabalhista e empresarial Henrique Messias ressalta que a justificativa para o curto período de licença está na demora da regulamentação, de responsabilidade do Congresso Nacional. "Todos sabemos que a rotina da casa muda quando um bebê chega e que seria extremamente importante a presença do pai para ajudar naquele momento logo após o nascimento. A única

justificativa para serem somente cinco dias é o fato de se tratar de uma medida provisória. A Constituição de 1988 criou a licença-paternidade e apontou que o Congresso Nacional regulamentaria como ela funcionaria. Por isso, até que o tema seja regulamentado, o afastamento continua sendo de cinco dias", explica.

Um ponto importante a se destacar é que os autônomos não têm direito à licença-paternidade, ainda que sejam contribuintes da Previdência Social, como é o caso do MEI. Isso ocorre porque a licença-paternidade não é um benefício previdenciário, diferentemente do que acontece com as gestantes.

Henrique Messias também destaca que o período de licença-paternidade é enquadrado como um afastamento justificado e remunerado. Por isso, não é permitido que as empresas realizem descontos no salário. Porém, a regra não se aplica a benefícios como vale-alimentação, já que o valor é, em regra, pago pelos dias efetivamente trabalhados. Assim, se o trabalhador estiver afastado, não

costuma receber o vale-alimentação referente ao período.

"Esse é um direito do trabalhador e, como todo e qualquer direito trabalhista, ele é irrenunciável. Ou seja, o trabalhador não pode abrir mão desse direito, tampouco o empregador pode desrespeitar a lei. Se a empresa não cumprir a legislação, o trabalhador pode procurar o sindicato, um advogado trabalhista ou o Ministério do Trabalho para formalizar uma denúncia", aponta o advogado.

O período de cinco dias pode ser estendido em situações específicas, como no caso de empregados de empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, que amplia a licença para até 20 dias para os pais e 180 dias para as mães. O período de extensão pode ser solicitado em até dois dias úteis após a chegada da criança, mediante apresentação dos documentos que comprovem o nascimento ou a adoção, além de um certificado de participação em programa de orientação sobre paternidade responsável.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Lula desafia Trump em entrevista e critica tarifas de 50% que impactam exportações brasileiras aos EUA

Na última quinta-feira, 17 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu uma entrevista à CNN Internacional, que se insere em uma estratégia mais ampla de pressionar o governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump, em questões comerciais. Atualmente, Brasil e EUA se encontram em um impasse devido à recente decisão do presidente Trump de impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, uma medida que será aplicada a partir de 1º de agosto.

Durante a entrevista, Lula afirmou: "Ninguém quer romper com os Estados Unidos, ninguém quer se libertar dos Estados Unidos, o que queremos é não ser refém dos Estados

Unidos. Queremos liberdade." Essa declaração foi uma resposta direta a questionamentos sobre a crescente importância do bloco BRICS, do qual o Brasil é um membro ativo, junto a países como Rússia, China, Índia e África do Sul.

O posicionamento de Lula reflete a preocupação do Brasil em manter relações comerciais saudáveis com o maior mercado consumidor do mundo, ao mesmo tempo em que busca diversificar suas parcerias internacionais. O presidente enfatizou a necessidade de um diálogo mais equilibrado e justo entre os dois países, evitando que interesses unilaterais prevaleçam sobre as negociações bilaterais.

A contextualização desse tema é particularmente relevante, uma vez que as tarifas impostas por Trump são vistas como uma forma de proteger a indústria americana, mas também como um potencial obstáculo ao crescimento econômico de nações em desenvolvimento como o Brasil. A medida está gerando inquietação entre os exportadores brasileiros, que temem que a tarifa resulte em uma diminuição significativa do volume de vendas para o mercado norte-americano.

Além disso, o encontro entre Lula e a CNN Internacional ocorre em um momento de reconfiguração das alianças globais, onde países estão buscando alternativas a dependências

tradicionais. Lula, ao reverberar sua visão de autonomia, sugere uma mudança de paradigma que pode influenciar o comércio internacional nas próximas décadas.

A evolução desta situação será acompanhada de perto, principalmente à medida que o Brasil busca novas oportunidades no cenário global, tentando equilibrar sua relação com os EUA, enquanto fortalece laços com outras nações.

As próximas semanas podem ser cruciais para determinar como esse dilema será resolvido, não apenas para o Brasil, mas também para a dinâmica das relações internacionais.

POLÍTICA

Trump apoia Bolsonaro e critica tarifas de 50% como medida contra 'perseguição política' no Brasil e defesa da liberdade de expressão

Na noite de quinta-feira, o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, utilizou sua plataforma social, Truth Social, para direcionar uma carta ao ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro. A missiva revela uma intenção clara de Trump em manifestar apoio a Bolsonaro em meio a um cenário político tumultuado.

Em suas declarações, Trump abordou a questão

das tarifas como uma maneira de expressar sua reprovação a um sistema judicial que, segundo ele, é injusto e voltado contra Bolsonaro. "Meu governo demonstrou firmemente essa desaprovação, tanto publicamente quanto através de nossa política tarifária", afirmou. Esta declaração ressalta a conexão entre as ações econômicas e o contexto político, sugerindo que as tarifas podem ser vistas como uma resposta às recentes movimentações legais que podem cercear a liberdade política de Bolsonaro.

Trump também expressou preocupação sobre os ataques à liberdade de expressão, que, em sua visão, provêm dos atuais governos do

Brasil e dos Estados Unidos. Para ele, a situação vivida por Bolsonaro é parte de um fenômeno mais amplo, onde as vozes dos opositores estão sendo silenciadas.

Além disso, o ex-presidente americano

Com essas declarações, Trump não apenas reitera seu apoio a Bolsonaro, mas também tenta moldar uma narrativa onde a perseguição a líderes conservadores se torna um tópico central nas discussões sobre liberdade política e justiça, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A missiva foi uma tentativa estratégica de alinhar-se com as pautas conservadoras e mostrar solidariedade a um aliado em dificuldades.

REDE REPÓRTER

TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**



DÁ UM CLICK!



www.redereporter.com.br